



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Desenvolvimento da aprendizagem da criança Surda na Educação.

Lucimara dos Santos da Cruz
Camilla S. C. A. de Modena Herculian (Orientadora)

RESUMO

A inclusão da criança surda na escola de ensino regular é muito importante para o seu desenvolvimento cognitivo e social, mas para isso é necessário que exista um sistema que ofereça a ela, oportunidade de educação de qualidade atendendo suas particularidades. O presente trabalho traz uma reflexão sobre esse assunto com o seu objetivo geral, além de falar brevemente a história do surdo ao longo dos anos, como eram tratados e a luta por seus direitos diante da sociedade. Para isso a metodologia utilizada foi a de revisão da literatura aonde encontramos teóricos como Petitito e Marantette que abordam sobre o desenvolvimento da criança surda desde bebê e fazem a comparação entre a criança ouvinte e a surda, mostrando que nos primeiros meses de vida as duas demonstram as mesmas características e com o passar do tempo a criança surda irá precisar de um método especializado para que continue seu desenvolvimento cognitivo e interação com o meio, já que a audição é a forma que o individuo se conecta com o mundo sonoro e as estruturas da língua. Para que esse desenvolvimento ocorra é de suma importância que as famílias estejam sempre atentas assim como os professores, que para isso precisam ter conhecimento para atendê-los com uma educação bilíngue, libras e português e para isso precisam de formação específica.

Palavras-chave: Surdez. Desenvolvimento do surdo. Educação. Família.

ABSTRACT

The inclusion of deaf children in mainstream schools is very important for their cognitive and social development, but for this it is necessary that there is a system that offers them the opportunity for quality education in view of their particularities. The present work brings a reflection on this subject with its general objective, in addition to briefly talking about the history of the deaf over the years, how they were treated and the struggle for their rights before society. For this, the methodology used was the literature review where we find theorists such as Petitito and Marantette who approach the development of deaf children since they are babies and make a comparison between hearing and deaf children, showing that in the first months of life both demonstrate the same characteristics and over time the deaf child will need a specialized method to continue his cognitive development and interaction with the environment, since hearing is the way that the individual connects with the sound world and the structures of language. For this development to take place it is very important that families are always attentive as well as teachers, who for this need to have knowledge to serve them with a bilingual education, pounds and Portuguese and for that they need specific training.

Keywords: Deafness. Desenvolvimento of the deaf. Education. Family.

Introdução

O número de pessoas surdas no nosso país é preocupante e nos faz refletir sobre como acontece o desenvolvimento de aprendizagem e como as instituições de ensino, professores estão preparados, habilitados para ensinar as crianças com essa deficiência. Ao analisarmos as dificuldades enfrentadas na educação com ouvintes, logo veremos que a formação do surdo exige um conhecimento bem mais a fundo principalmente das línguas de sinais.

Segundo o dicionário Caldas Aulete (SURDEZ, 2008) da língua portuguesa, surdez é a diminuição ou a ausência do sentido da audição, ou seja, “dificuldade a inabilidade para ouvir sons específicos (tons puros) ambientes (ruídos familiares) e os sons da fala humana (tons complexos)”. Sendo assim vamos pensar, refletir sobre como uma criança que não escuta direito consegue entender, compreender o mundo que a cerca, o que a professora ensina, o que os amiguinhos falam.

Segundo Petitito e Marantette (1991, apud GONÇALVES; SANTOS, 2012, p.19):

Os seres humanos (ouvintes e surdos) balbuciam naturalmente, aos três meses de idade, tanto em língua de modalidade oral, quanto em de modalidade sinalizada. Se crianças ouvintes, filhas de ouvintes, sem contato com a língua de sinais balbuciam tanto em língua de

característica oral-auditiva como espaço-visual e crianças que nascem surdas, filhas de pais surdos, do mesmo modo balbuciam nessas duas modalidades, é factual concluirmos que a capacidade humana para aquisição da linguagem é intrínseco ao indivíduo, e mais que o domínio de uma língua em toda a sua potencialidade é tão imprescindível ao desenvolvimento que a natureza humana prevê para todos esta dupla possibilidade.

Diante dessa visão de Petitito e Marantette (1991, apud GONÇALVES; SANTOS, 2012 p.19) sobre o domínio da língua ser imprescindível ao desenvolvimento do indivíduo, a família tem então um papel de suma importância, devendo estar atenta para o desenvolvimento da criança, e tomando decisões para que aconteça a aquisição da linguagem, e se notar algo “estranho” devem procurar auxílio profissional para avaliações. O olhar atento da família não permite que a criança seja rotulada, pois é sabido que muitas vezes elas são vistas como irritáveis, tímidas, introvertidas ou tensas, que falam com um volume inapropriado. Isso se deve ao fato de apresentarem dificuldades de articulação da fala, o que acarreta grande quantidade de frustração e agressão (KIRL; GALLAGHER, 2000 apud RODRIGUES; PIRES, 2002). Nesses casos a procura por um profissional pode mostrar que a criança apresenta uma perda auditiva. Isso ocorre também nas escolas, por isso família e escola têm que estar atentas a esses sinais para que possam ser tomadas atitudes para auxiliar o desenvolvimento e a inclusão.

Esse estudo tem como objetivo geral demonstrar o desenvolvimento da aprendizagem da criança surda na educação infantil. Tem como objetivos específicos: explicar o que é a surdez, abordar como é o desenvolvimento da aprendizagem da criança surda e quais são os métodos utilizados pelas escolas para desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças, como acontece uma formação plena dessas. Trazendo reflexões do que podemos fazer para que não aconteçam tantas negligências na formação e desenvolvimento e como os profissionais podem se preparar para tal responsabilidade.

1 O que é surdez

Surdez é a ausência ou a diminuição da capacidade de percepção de sons, a pessoa que possui a audição que não é funcional a vida comum ou parcialmente

surdo, cuja audição ainda que deficiente com ou sem aparelho auditivo é considerado uma pessoa surda.

A audição é a forma que o indivíduo se conecta com o mundo sonoro e com as estruturas da língua, que possibilitam o desenvolvimento de um código estruturado próprio da espécie humana (SILVA, KAUCHAKJE E GESUELI, 2003 apud ARAUJO; LACERDA, 2010).

Podemos analisar que a deficiência auditiva é dividida em quatro graus de severidade: a perda auditiva leve, a perda auditiva moderada, a perda auditiva severa e a perda auditiva profunda (DAVIS; SILVERMAN, 1966 apud DAMASCENO, HUBER, 2014).

Segundo Davis e Silverman (1966 apud DAMASCENO, HUBER, 2014) podemos definir os graus:

- A perda auditiva leve está entre 25 a 40db, a pessoa tem dificuldade em compreender as palavras a certas distâncias, não afeta no desenvolvimento da fala, certos sons escapam de sua percepção.
- A perda auditiva moderada está entre 41 a 70db, o indivíduo possui para ouvir, as palavras devem ser ditas fortemente, tem dificuldade na aquisição da linguagem, problemas na articulação da palavra, em perceber os sons em meio a uma discussão em grupo. É necessário o uso de aparelhos auditivos e estimulação da linguagem.
- A perda auditiva severa entre 71 a 90db, ao mencionar uma palavra normalmente a pessoa não consegue ouvir e é necessário que se fale gritando, mesmo usando o aparelho auditivo, possui dificuldade na aquisição da linguagem sendo necessário estimulação de linguagem fala e leitura, precisam de cuidados especiais em todas essas formas antes citadas e treino auditivo. Tem muita dificuldade em distinguir os sons e muitas vezes necessitam do uso gestual para expressar e compreender os outros.
- A perda auditiva profunda acima de 90db não se percebe nenhuma sensação auditiva verbal. Necessita de adaptações e estímulos de linguagem. Deve-se recorrer à linguagem gestual (LIBRAS), fazer treinos intensos de maneira aproveitar os resíduos auditivos.

Acima descrevemos um pouco sobre a surdez e seus quatro tipos, mas em qual idade se consegue descobrir a surdez em uma criança? A surdez não é algo que se percebe nos primeiros meses de vida, pois o desenvolvimento da criança surda acontece da mesma forma de uma criança ouvinte. Então nos primeiros meses de vida essas suspeitas da surdez não são notadas porque tanto a criança surda quanto a ouvinte têm os comportamentos adaptados pela interação estabelecidas entre elas e os adultos mais próximos. As diferenças e as dificuldades de comunicação são notadas, só por volta de um ano de idade. Quando os pais começam a suspeitar, podem perceber sinais como chamar e a criança não virar, querer ouvir músicas ou televisão com som mais alto, já se deve procurar uma avaliação. Esse período da suspeita até a confirmação do diagnóstico é um período de muitas preocupações, ansiedades e isso também se deve pelas dificuldades em diagnosticar a surdez pelos profissionais (Costa, 2000 apud RODRIGUES; PIRES, 2002).

É muito importante o desempenho dos profissionais da área da saúde para o diagnóstico correto, para a vida da criança e sua família durante vários anos, desde o início do processo de avaliações diagnósticas até as novas fases de tratamento que acontecerão. Esse suporte profissional, intervenção médica é necessária e importante pois é onde a família vai para obter informações mais claras para que possam tomar decisões mais precisas e poder auxiliar no desenvolvimento da criança. A diferença entre pais de crianças ouvintes e de crianças surdas é que, os pais de crianças surdas precisam tomar várias decisões e enfrentar desafios que os outros pais muitas vezes não enfrentam, como terapias, programas de educação, entre outros (COSTA, apud RODRIGUES; PIRES, 2002).

Segundo Costa, (2000 apud RODRIGUES; PIRES, 2002) 90% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e isso exige que os familiares mais próximos façam grandes mudanças. Logo na infância há maior probabilidade de interrupções das interações entre pais ouvintes e crianças surdas, tendo um resultado num decréscimo da quantidade de interação (Lederberg; Prezbindowski, 2000 apud RODRIGUES; PIRES, 2002, p. 2). Alguns pais podem levar um tempo para perceber sinais de surdez, aceitação do diagnóstico, compreender implicações e perceber que é necessário modificar seus comportamentos para que atendam às necessidades da comunicação com a criança surda.

Um dos sinais mais importantes que pode indicar a possibilidade de perda auditiva na criança é a falta ou atraso de diálogo. Para assegurar os melhores resultados para desenvolvimento da linguagem é importante um tratamento precoce e o cuidado com a perda auditiva. Em um percentual de 80% a 90% a perda auditiva pode ser detectada com um simples teste auditivo mesmo que a criança tenha passado no teste de audição para recém-nascido. A manifestação da perda auditiva pode se manifestar nos bebês ou no indivíduo mais velho.

A observação nos passos do desenvolvimento das crianças pelos pais ou responsáveis por elas, de um modo crítico, são detectores de perda auditiva que funcionam. Para auxiliar os pais a detectar uma possível perda auditiva adquirida a Fundação de Saúde Auditiva, American Hearing Health Foundation, (10 SINAIS, s/d) cita alguns sinais:

a criança parece ouvir bem algumas vezes outras vezes não responde ao ser indagada, assiste tv num volume mais alto que outros membros da família, fala com frequência “o que”, reclama que só ouve com o “ouvido bom” e posiciona um dos ouvidos para frente quando está ouvindo, o rendimento escolar cai ou seus professores falam que a criança parece não ouvir ou responder bem como os colegas de classe, a criança diz q não te escuta e é obvio que muitos pais acham que não são atenciosos mas na realidade deve existir uma perda auditiva não identificada, a criança parece desatenciosa, começa a falar mais alto que anteriormente, e ela olha para quem está falando com intensidade como se dependesse mais dos sinais visuais para interpretar a conversa, nesses casos é necessário a procura da orientação médica para obter maiores esclarecimentos se há a suspeita de que existe a perda auditiva.

2 Desenvolvimento da aprendizagem

Baseando se nas ideias de Vygotsky, Goldfeld (2002, apud CULAU; LIRA; SPONCHIADO, 2015, p. 2438) afirma que “[...] a surdez é a deficiência que causa maiores danos para a pessoa, pois atinge exatamente a linguagem e sua infinita possibilidade de utilizações.” Pelo fato das línguas auditivas orais serem as únicas utilizadas pela maior parte das comunidades traz algumas dificuldades para os surdos, pois a surdez impossibilita a criança de adquirir a língua auditiva oral espontaneamente.

A educação da criança surda passou por diversas mudanças ao longo dos tempos, e também em áreas como a educação especial houve preconceito, recriminação e exclusão à inclusão escolar e social. Na história da educação do surdo queremos ressaltar que em dado momento os surdos foram considerados como alguém que não poderia pensar, aprender, como também estar totalmente inserido na sociedade e interagir sem dificuldades, com a limitação da audição e conseqüentemente a fala ele era um ser diferente dos demais. Foi um processo longo para que profissionais e outras pessoas em contato com os surdos entendessem que a surdez não impediria esse indivíduo se comunicar, de desenvolver e interagir com o mundo (GONÇALVES; SANTOS, 2012).

Soares (1999 apud GONÇALVES; SANTOS, 2012) cita que até o fim da Idade Média os surdos eram considerados ineducáveis e só a partir do século XVI o médico Giordano Cardano, se preocupou com esse problema. Para ele, os surdos podiam “ouvir lendo e falar escrevendo”.

Alguns educadores criaram metodologias diferentes para ensinar as crianças com surdez. Alguns se baseavam apenas na língua auditiva–oral utilizada na sociedade, outros defendiam a língua de sinais criada através de gerações pelos próprios surdos, uma língua espaço-visual. Surgiram os códigos visuais com o objetivo de manter comunicação com seus alunos surdos foram criados por outros educadores.

Na Espanha no século XVI (1520 -1584) o monge Benedito Pedro Ponce de Leon, desenvolveu a metodologia de educação que abrangeu a datilologia (as letras do Alfabeto representada de forma manual), para educação de crianças com surdez, criando também uma escola para professores de surdos. Na França, Abade Charles Michel de L’Epée que aprendeu com as pessoas surdas a língua de sinais e criou os “Sinais Metódicos”. Independentemente de seu nível social as pessoas surdas deveriam ter direito à educação pública gratuita, e isso era defendido por ele e seu seguidor Sicard.

Na mesma época surge na Alemanha a filosofia educacional Oralista com Samuel Heinick, que defende o ensino da língua oral, e a rejeição à língua de sinais, acreditando que é a melhor forma de educar criança com surdez.

Em 1817 Thomaz Hopkins Gallaudet, e Laurent Clerc, fundou nos EUA a primeira escola permanente para alunos surdos, e a forma de comunicação era o francês sinalizado adaptado para o inglês (POKER, s/d).

Em Milão, no ano de 1880, foi realizado o Congresso Internacional de Educadores surdos, onde colocaram para votação qual o método era o mais adequado para a educação dos surdos, com a influência de Alexander Graham Bell e na votação o oralismo venceu e a língua de sinais foi oficialmente proibida. Vale ressaltar que professores e surdos não tiveram direito de votar (GOLDFIELD, 1997 apud POKER, s/d).

Com isso houve crescimento de outros métodos para atendimentos do surdo:

métodos de caráter corretivo, como o uso da prótese auditiva, cirurgia, treinamento auditivo à leitura labial. Os exercícios respiratórios, a aquisição de vocabulário e outros. Nesse contexto a educação de surdos passou a ter um caráter puramente clínico. (SOARES, 1997 apud GONÇALVES; SANTOS, 2012, p. 231).

O oralismo predominou por um bom tempo, mas foram surgindo várias pesquisas mostrando a importância da língua de sinais para o surdo, e assim, indicando a insatisfação das pessoas surdas com o método oral.

Em 1968 surge mais uma filosofia, a Comunicação Total que usava todas as formas de comunicação para educação dos surdos, utilizava a linguagem oral, língua de sinais, leitura labial, sinais gramaticais (GOLDFELD, 1997 apud POKER, s/d).

No Brasil a educação para surdos começou em 1857, sendo fundada no Rio de Janeiro a primeira escola especial, por Ernest Huet professor surdo francês apoiado por D. Pedro II, hoje conhecido como INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), esta utilizava a língua de Sinais para educação de pessoas com surdez.

Segundo Goldfeld (1997 apud POKER, s/d) em 1911 passou-se a usar a abordagem oralista, mesmo havendo resistência dos alunos, que mesmo sendo proibido, usavam a língua de sinais.

A partir da década de 80, surge também a filosofia Bilíngue que foi se alastrando por todos os países. Esta é voltada para o estudo da Língua de Sinais, que segundo ela deve ser adquirida como primeira língua e deve ser disponibilizada a criança surda o mais cedo possível, pois, assim facilitará no desenvolvimento de

conceitos e relação com o mundo. E a língua portuguesa deve ser adquirida como segunda língua, na modalidade escrita.

Se a criança surda não tiver contato com a Língua Brasileira de Sinais desde pequena pode ocorrer um atraso de linguagem referente às demais crianças. Devido ao grau de surdez a possibilidade de comunicação oral fica cada vez mais difícil, por isso é de extrema importância o uso das LIBRAS.

Em 1990, na Conferência Mundial de Educação para todos, em Jontien a pauta primordial foi a inclusão e a democratização, e a partir disso o bilinguismo passou a ser a luta dos surdos como sua própria cultura. Em 1994 na Espanha, foi construído um documento oficial que ficou conhecido mundialmente como Declaração de Salamanca que legalizou todas as instituições educacionais a incluírem alunos surdos nas salas regulares de ensino com acompanhamento de profissionais habilitados para tais funções, e direito a ser respeitado em sua própria língua – A língua de Sinais. Segundo a Declaração de Salamanca (1994 apud GONÇALVES; SANTOS, 2012):

as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

Com a influência desse documento, no Brasil foi feita a Lei de Diretrizes da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 normas para o funcionamento da educação especial – alunos “deficientes” passam a ser tratados como “alunos com necessidades educativas especiais” (GONÇALVES; SANTOS, 2012). E em 24 de abril de 2002, com a promulgação da lei Nº 10.436 a educação de surdos ganha mais destaque uma vez que essa orienta e determina para as instituições de ensino como deve ser o atendimento as pessoas com surdez na escola.

3 Metodologias de Aprendizagem da Criança Surda

Há séculos vem se estudando e procurando a melhor forma para a educação de pessoas com surdez, e também a luta pelo direito das pessoas surdas. Como vimos anteriormente antes de surgirem as filosofias para educação dos surdos, esses eram taxados como incapazes de aprender, depois de muitos estudos foi se percebendo

que a pessoa surda tem a capacidade de aprender e desenvolver suas potencialidades, mas é necessário que haja uma abordagem significativa para que a aprendizagem aconteça, e um olhar para as necessidades da mesma.

Desde os primórdios para a aprendizagem da pessoa surda algumas metodologias são utilizadas, são elas:

a) O oralismo que exige esforço total da criança surda, da família e da escola. E a surdez como deficiência que deve ser minimizada através de estímulos auditivo para aprendizagem da língua portuguesa (neste caso no Brasil) e assim a criança integra na comunidade ouvinte. Para os oralistas a língua oral é a única forma da pessoa com surdez se comunicar com a comunidade ouvinte segundo Goldfield (1997 apud POKER, s/d).

Nesta modalidade não se deve usar nenhum outro método a não ser o oral para o desenvolvimento da criança. É necessário, a participação de especialistas como fonoaudiólogo e pedagogos especializados.

É através da leitura orofacial e amplificação sonora enquanto se expressa mediante a fala que a criança recebe a linguagem oral.

b) A Comunicação Total que procura agregar formas auditivas, manuais e orais para que aconteça uma comunicação eficaz entre os surdos e as pessoas. Defende que a aprendizagem da língua oral não é suficiente para o desenvolvimento pleno da criança surda. Então é recomendado o uso concomitante de diferentes códigos como língua de sinais, datilologia português sinalizado e outros.

Segundo Ciccone (1990 apud POKER, s/d) crianças surdas que foram expostas a modalidade oral de uma língua, antes dos 3 anos de idade, conseguiram aprender a língua, mas não foram bem sucedidas no desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

c) O Bilinguismo que segundo Quadros (1997 apud POKER, s/d) é a proposta de ensino que propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar, considerando então a língua de sinais com língua natural da criança surda e parte para o ensino da língua escrita. O bilinguismo respeita a autonomia da língua de sinais e necessário organizar plano educacional que respeite a experiência psicossocial e linguística da criança surda.

3.1 Habilitação dos profissionais

Observamos que, a pessoa com surdez também tem as mesmas capacidades de aprender, interagir e agir sobre o meio em que vive como a pessoa ouvinte, mas com métodos diferentes pelas limitações da audição que a mesma possui. Houve lutas pelos seus direitos várias metodologias para que pudessem aprender e se desenvolver cognitivamente e socialmente. Com as análises feitas acima podemos perceber que: as pessoas com surdez possuem sua cultura, sua língua e todo aspecto que a pessoa ouvinte possui.

Com relação ao desenvolvimento da aprendizagem da criança surda vemos que é necessário existirem pessoas qualificadas para tal tarefa, que atenda as necessidades de aprendizagem, nesse caso o professor. Mas como se dá a formação do professor para atender as necessidades de aprendizagem do surdo, já que como citado anteriormente sabemos que o ensino para o surdo tem que ser bilíngue.

A formação inicial do professor para a educação inclusiva de pessoas surdas deve proporcionar uma construção do conhecimento com práticas para poder enfrentar desafios do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Saviani (2010, apud MARQUES, 2017, p. 2108):

a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Com isso podemos compreender que a formação do professor deve ser contínua e continuada com a perspectiva de vencer desafios e inovar, já que a educação é um direito de todos, com a garantia de permanência das escolas se faz necessário deixar de ver a educação como um processo de integração, mas sim como inclusão com fundamentos nos direitos humanos.

A Lei nº 10.436/02 (apud MARQUES, 2017, p. 2110) reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e determina que se tenha apoio e difusão da mesma. O Decreto nº 5.626/05 regulamenta que o

aluno surdo obtenha a sua disposição a inclusão de Libras como disciplina no currículo escolar, também fala sobre a formação e a certificação de docente, tradutor/intérprete de Libras e instrutor, como já citado a língua portuguesa de ser segunda língua, para uma educação bilíngue, ter a Libras como disciplina na Educação Superior na formação de professores e fonoaudiologia seja obrigatório.

Neste mesmo Decreto no Art. 14 fala sobre a formação do professor no ensino de Libras, a difusão na comunidade escolar, também a disponibilização de equipamento, uma educação bilíngue, materiais alternativos e humanos para um ensino de qualidade, acesso a novas tecnologias, oferecidos pela educação.

O art.22 do Decreto nº 5.262 (2005 apud MARQUES, 2017, P. 2110) determina:

as instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I- escolas e classe de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II- escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa.

Para Educação de surdos é necessário uma nova concepção sobre o papel do professor através de instrumentos que apoiem o ensino-aprendizagem e viabilizem a socialização e a relação do conhecimento no estabelecimento de ensino. Para que isso aconteça é necessário que o docente procure capacitar-se para atender a demanda social, busque meios eficazes para uma aprendizagem comum a todos.

Notamos que há leis que falam sobre o direito do aluno surdo, a formação de professores para atender esses educandos e como a instituição de ensino deve se portar para recebê-los com atendimento especial para que haja a inclusão e essas pessoas estejam realmente recebendo um ensino de qualidade. Mas se pararmos para pensar podemos ver, também que não existe uma disponibilização das entidades responsáveis por essa educação, cursos gratuitos para que esses profissionais que já estão inseridos no meio educacional adquiriram uma formação e para aqueles que estão iniciando essa formação.

3.2 Formação do Professor para educação de surdos

O MEC (2005, p.21) chama atenção para:

a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola.

Ao colocarem novas exigências para escola, vemos outros requisitos para a formação dos seus profissionais como a mudança na organização do processo de trabalho, o avanço tecnológico e os meios de informação e de comunicação da atualidade de acordo com Matos (2007, p. 2).

O professor que não identifica as particularidades dos alunos, suas potencialidades, não apresenta um currículo flexível a necessidades dos alunos (MATOS, 2007 *apud* MARQUES, 2017).

O Estado tem a responsabilidade de proporcionar capacitação aos professores, só que encontramos problemas para dar continuidade na formação do professor, falta de recursos humanos e materiais, e isso ocorre por falta de acompanhamento da relação teórica e prática. Os conhecimentos profissionais sejam compreendidos como evolutivos e progressivos e necessitam de formação contínua e continuada.

Nesta visão o professor preparado junto com o aluno constrói o conhecimento de maneira que o prepare para a vida. Pois esse professor compreende as diferenças, valorizando as potencialidades. Segundo Silva e Rodrigues (2011, *apud* MARQUES, 2017, p.62):

[...] existe uma distinção profunda entre simplesmente aceitar e respeitar, e o processo de compreensão da diferença, que demanda das pessoas disposição e compromisso para trabalhar com o ser humano no sentido de contribuir com o desenvolvimento de um sujeito social, histórico e politicamente consciente. Não se trata de apenas acolher a diversidade, mas de compreender sua produção e complexidades na realidade de cada sujeito.

Como afirma a Lei 10.436 a Libras como primeira língua da comunidade surda e a segunda língua a língua de modalidade escrita. Assim a proposta de ensino-

aprendizagem necessita ser bilíngue, então atividades devem ser priorizar a produção em Libras, se necessário essa produção seja reflexiva sobre a escrita, deve levar em consideração as peculiaridades do surdo.

A língua de sinais precisa estar articulada com os conteúdos trabalhados durante o currículo escolar, deve-se trabalhar com projetos que ultrapassem as paredes da sala e envolva toda comunidade escolar, dando a acessibilidade para os surdos. A inclusão para Ferreira (2005, p.124):

a inclusão de todos na escola independentemente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprenderem a ser sensíveis, a compreender, respeitar, e crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Todas as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional.

O docente precisa exercer práticas pedagógicas no processo de aprendizagem, com metodologias, adaptações curriculares, propondo estratégias que estabeleçam a relação professor-aluno como agentes do conhecimento. Ofertar ao aluno surdo o uso habitual da língua, em vários contextos. E nessas ações docentes evidenciar o momento de troca de experiência.

Não é a apenas obrigatoriedade do professor conhecer Libras e promover acessibilidade ao surdo, mas é necessário ofertar a formação a todos que fazem parte do cotidiano da escola, todos os profissionais que atuam na instituição. Correa (2008, p. 8):

[...] os educadores, professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia deve ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Não podemos transferir apenas ao professor a responsabilidade da garantia de educação inclusiva, o Estado tem a sua obrigatoriedade de oferecer a formação continuada aos que exercem função na escola, como também materiais didáticos, recursos financeiros para adequar o espaço, visto que a inclusão é uma ação política e social, todos recebendo as orientações pertinentes, saberão em conjunto promover uma acessibilidade responsável.

Considerações Finais

O Desenvolvimento da aprendizagem da criança surda nos faz perceber que não basta integrar essa criança no ambiente de ensino regular, são necessários vários processos para que se obtenha uma formação plena desse indivíduo. Percebe-se que ao longo dos anos, existiram lutas para que isso acontecesse, mas não é suficiente apenas a família procurar os direitos das pessoas com surdez e sim um trabalho coletivo. Família, escola, professor, estado e comunidade devem estar juntos para que a aprendizagem desse indivíduo seja satisfatória e aconteça a formação de um ser ativo, crítico que influencia o meio onde vive e esse meio também o influencia.

Para que essa formação ocorra é necessário haver a inclusão da criança surda numa rede de ensino e para isso é necessário que a instituição de ensino forneça apoio especializado, para atender as particularidades e necessidades, na forma de materiais, interação pessoal, e que o local e as pessoas estejam habilitadas para suprir todas as demandas.

Algo de suma importância para observamos o que foi acima descrito, é a formação do professor. Para isso existem leis que embasam, falam sobre este assunto, mas não é algo tão profundo de como esse professor irá adquirir esses conhecimentos e essa formação. No processo de formação inicial deste profissional também observamos que as instituições oferecem algo mais teórico e não uma forma de que como ele irá adquirir conhecimento na prática para poder enfrentar os desafios no momento que estiver diante do aluno que precisa de uma educação especializada. Sendo assim há uma defasagem no que se diz, “professores preparados para a educação especial” e no que realmente acontece.

O que observamos muitas vezes, são profissionais com vontade, desejo de atender as necessidades destes alunos, mas para isso é necessário que busquem cursos que aprofundem os seus conhecimentos. Entretanto, na maioria das vezes esses são de valor elevado e eles não tem a possibilidade de pagar para obter essa formação.

Professores e famílias devem estar sempre buscando novas informações para conseguirem estar suprindo, auxiliando as necessidades das crianças surdas. Sabemos dos desafios atrelados a isso, mas é necessário que as famílias estejam

atentas e desde o diagnóstico busquem auxílio, orientação e conversem sempre com os professores para que a criança tenha um desenvolvimento cognitivo e social ocorrendo da melhor maneira possível. Além disso é importante terem sempre o olhar para a educação da criança surda com uma educação bilíngue onde as crianças aprenderão sua língua (LIBRAS) e o português, neste caso aqui no Brasil, e realmente estejam aptos e poderemos dizer que o direito a educação foi atendido.

Referências

ARAÚJO, C. C. M.; LACERDA, C. B. F. Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: Implicações Histórico-Culturais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 695-703, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v15n4/v15n4a04.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019

CULAU, J. C.; LIRA, D.; SPONCHIADO, D. A. M. Inclusão na Educação Infantil: um estudo a partir da Legislação e da Escola. In: Congresso Nacional de Educação, 12., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: EDUCERE, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17631_7981.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

DAMASCENO, G. C.; HUBER, L. Surdez: aquisição de Linguagem e Inclusão Social. **Revista Pedagogia em Foco**, Iturama, v. 9, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/32-63-1-SM%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/32-63-1-SM%20(2).pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

GONÇALVES, A. M.; SANTOS, A. L. P. Alfabetização da Criança Surda: Concepções e Identidades. **Espaço do Currículo**, Paraíba, v. 5, n. 1, p. 226-238, Jun./dez. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/14059-Texto%20do%20artigo%20\(Sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o\)-22541-1-10-20121027%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/14059-Texto%20do%20artigo%20(Sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o)-22541-1-10-20121027%20(1).pdf). Acesso em: 19 maio. 2020.

MARQUES, M. L. A Formação do Professor para Educação de Surdos. In: Congresso Nacional de Educação, 13, 2017. **Anais**[...]. Curitiba: EDUCERE, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

POKER, R. B. **Abordagens de Ensino na Educação da Pessoa com Surdez**. Unesp: Marília, s/d, Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

RODRIGUES, A. F.; PIRES, A. Surdez Infantil e Comportamento Parental. **Análise Psicológica**, [S.l.], n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v20n3/v20n3a13.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019

SURDEZ. In: **Dicionário Caldas Paulete** da língua portuguesa edição de bolso

2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008; Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

10 SINAIS que indicam que seu filho tem perda auditiva. **Hear-it-org**, s/d. Disponível em: <https://www.hear-it.org/pt/10-sinais-que-indicam-que-seu-filho-tem-perda-auditiva#:~:text=10%20sinais%20que%20indicam%20que%20seu%20filho%20tem%20perda%20auditiva,-Os%20pais%20devem&text=Seu%20filho%20assiste%20tv%20num,com%20frequ%C3%Aancia%20E2%80%9Co%20que%20E2%80%9D.&text=O%20rendimento%20e%20scolar%20de%20seu,como%20os%20colegas%20de%20classe>. Acesso em: 12 jun. 2020.